

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.788.139 - SC (2018/0335872-1)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
EMBARGANTE : KIRTON BANK S.A. - BANCO MULTIPLO
ADVOGADOS : CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS - SC046470
RENATO CHAGAS CORRÊA DA SILVA - SC047610
MAURO SOMACAL - SC044106
EMBARGADO : STALAR MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.
EMBARGADO : STALAR INCOTELHAS INDUSTRIA E COMERCIO DE PERFIS E
TELHAS LTDA
ADVOGADOS : TIAGO SCHREINER GARCEZ LOPES - SP194583
FELIPE LOLLATO - SC019174
AGUINALDO RIBEIRO JUNIOR - PR056525
BRUNO DA COSTA VAZ - PR073907
INTERES. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : VANESSA KARLA MIRANDA - SC021253
INTERES. : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO : NEWTON DORNELES SARATT - SC019248
INTERES. : BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL
ADVOGADO : GUILHERME STADOLNY BORDIN - SC023358
INTERES. : DURATEX S/A
ADVOGADO : FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES - SC036301
INTERES. : BDB FERRAMENTAS DO BRASIL LTDA
ADVOGADO : BRUNA GAUDIO GOULART DE OLIVEIRA MONTEIRO - SP326137
INTERES. : LEF PISOS E REVESTIMENTOS LTDA
ADVOGADOS : LUANA PARDO FERNANDES - SP253670
PEDRO MANIERO JUNIOR - SP128406
INTERES. : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : GUSTAVO RODRIGO GÓES NICOLADELI - SC008927
INTERES. : FUNDIÇÃO SÃO MIGUEL LTDA.
ADVOGADO : JAIR ANTONIO KOHL - SC021377
INTERES. : CONESUL COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA
ADVOGADO : VALDERICIA APARECIDA MIOTTO - RS033908
INTERES. : UNICRED OESTE CATARINENSE - SAO MIGUEL DE OESTE
ADVOGADO : FABIANO ROBERTO ROSA OLIVEIRA - SC015871
INTERES. : CARTORIO DE REGISTRO DE IMOVEIS DE SAO MIGUEL DO OESTE
INTERES. : COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS
SAO MIGUEL DO OESTE-SICOOB SAO MIGUEL SC
ADVOGADO : EDUARDO MACHADO DE ASSIS BERNI - RS045845
INTERES. : GR EXTRACAO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA
ADVOGADO : RAFAEL SEIFERT - PR030326
INTERES. : COMERCIO DE COMBUSTIVEIS SANTO ANJO LTDA
ADVOGADO : SILVANA MARIA BERTI DALTOÉ - SC018240
INTERES. : CERAMFIX INDUSTRIA COMERCIO DE ARGAMASSAS E REJUNTES
LTDA
ADVOGADO : RAFAEL ANDRÉ DOS SANTOS - SC011911
INTERES. : POXPUR INDUSTRIA E COMERCIO DE ELASTOMEROS LTDA
ADVOGADO : GILMARIA JOICE DA ROCHA SILVA - SP333948
INTERES. : BANCO VOLSKWAGEN S/A
ADVOGADO : RAFAEL BARROSO FONTELLES - RJ119910

INTERES. : PANATLÂNTICA S/A
ADVOGADO : CAROLINE FONTANA PALAVRO - SC043364
INTERES. : GERDAU AÇOS LONGOS S/A
ADVOGADO : EDUARDO SILVA GATTI - SP234531

DECISÃO

Trata-se de embargos declaratórios opostos por KIRTON BANK S.A. BANCO MÚLTIPLO contra decisão desta relatoria que conheceu do agravo para dar parcial provimento ao recurso especial determinando o retorno dos autos à origem para apreciar o agravo de instrumento.

Nas razões dos presentes aclaratórios, o embargante alega omissão no julgado no tocante ao art. 1.036 do CPC/2015.

Menciona que *"a afetação do presente Recurso Especial é a medida mais adequada ao presente caso"* (fl. 1.377 e-STJ).

Impugnação às fls. 1.384/1.386 e-STJ.

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

Não colhe a inconformidade veiculada nos presentes aclaratórios.

Verifica-se desde logo que a decisão embargada não padece de nenhum dos vícios ensejadores dos embargos declaratórios, enumerados no art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015: obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

A controvérsia foi devidamente solucionada com a utilização do direito cabível à hipótese. Observa-se que nos casos de recuperação judicial, como dos autos, e falência, as decisões de maior relevância são tomadas antes da sentença propriamente dita, que, via de regra, se limita a reconhecer fatos e atos processuais firmados anteriormente. Dessa forma, aguardar sua análise na apelação equivaleria à irrecorribilidade prática da interlocutória, conforme preceitua a jurisprudência desta Corte de Justiça e a determinação legal prevista no parágrafo único do art. 1.015 do CPC/2015.

A esse respeito:

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. JUDICIAL. PASSÍVEL DE RECURSO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 1.015, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC/2015. FALIMENTAR. ATO JURISDICIONAL. ABUSIVIDADE E TERATOLOGIA NÃO EVIDENCIADOS. INADEQUAÇÃO DA VIA MANDAMENTAL.

1. (...)

2. No que se refere às decisões proferidas na recuperação judicial e na falência, esta Corte já consignou que os agravos de instrumento interpostos devem ser prontamente julgados, incidindo, assim, a interpretação extensiva do art. 1.015, parágrafo único, do CPC/2015. Precedentes.

3. Agravo interno não provido"

(AgInt no RMS 57.635/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/5/2019, DJe 21/5/2019).

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EMPRESARIAL. LEI DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA. SISTEMA RECURSAL PRÓPRIO. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. APLICAÇÃO SUPLETIVA. DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CABIMENTO.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos n°s 2 e 3/STJ).

2. Cinge-se a controvérsia a definir se é cabível a interposição de agravo de instrumento contra decisão proferida após a sentença de habilitação de crédito, para a qual a LREF não prevê recurso específico.

3. A Lei n° 11.101/2005 tem normas de direito material e processual, instituindo um regime recursal próprio. Esse regramento não é exaustivo, prevendo a lei a aplicação supletiva do Código de Processo Civil quando for cabível. 4. Nas hipóteses em que a lei especial apontar o recurso próprio, esse é o que deve ser utilizado, somente se cogitando da incidência das normas adjetivas se não houver previsão expressa do remédio aplicável. 5. As questões interlocutórias proferidas durante o processamento da recuperação judicial e da falência (e que não se enquadram nos incisos do artigo 1.015 do CPC/2015) não terão oportunidade de revisão em eventual apelação, como prevê o art. 1.009, § 1º, do CPC/2015.

6. Na forma como a Lei de Recuperação de Empresas e Falência está estruturada, é necessário que as decisões interlocutórias sejam decididas desde logo. A recuperação judicial não é um processo em que há uma sucessão ordenada de atos que termina na sentença. A recuperação judicial busca coordenar o interesse dos credores e do devedor, a partir da realização de diversos atos paralelos, que ao final serão alinhados para possibilitar a votação do plano e sua eventual aprovação ou a decretação da quebra. As questões surgidas nas fases postulatória e deliberativa não podem aguardar a sentença de encerramento.

7. O legislador elencou outras situações em que, como no caso da recuperação judicial e falência, não será possível a revisão de questões interlocutórias em futura apelação, admitindo sua impugnação por agravo de instrumento, norma que deve ser aplicada por interpretação extensiva aos processos de recuperação e falência.

8. Recurso especial conhecido e provido"

(REsp 1.786.524/SE, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/4/2019, DJe 29/4/2019).

Superior Tribunal de Justiça

Nesse contexto, ausentes quaisquer omissão, contradição e erro material, afigura-se patente o intuito infringente da presente irresignação, que objetiva não suprimir a omissão, afastar a obscuridade ou eliminar a contradição, mas sim reformar o julgado por via inadequada.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração com a advertência de que, havendo reiteração de embargos protelatórios, a multa prevista no art. 1.026 do Código de Processo Civil de 2015 será aplicada.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator